

MARÇO 2020

RADAR SOCIOAMBIENTAL

ENTREVISTA COM
IZABELLA TEIXEIRA



PLATAFORMA
SOCIOAMBIENTAL

Autoras: Beatriz Mattos, Carolina Alves,
Maria Beatriz Peixoto, Priscilla Papagiannis
Plataforma Socioambiental

SOBRE A PLATAFORMA SOCIOAMBIENTAL

A Plataforma Socioambiental é um programa desenvolvido pelo Brics Policy Center (BPC), o Centro de Estudos e Pesquisas BRICS, do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio. É um espaço de aprendizagem e troca de conhecimento cujos projetos se dedicam à pesquisa e à promoção de debates e diálogos entre diferentes setores acerca de temas como mudanças climáticas, modelo de desenvolvimento e desigualdades, bancos de desenvolvimento e salvaguardas, entre outros.

RADAR SOCIOAMBIENTAL

O Radar Socioambiental é uma publicação mensal da Plataforma Socioambiental cujo foco é discutir assuntos importantes para a temática socioambiental nos âmbitos doméstico e internacional. Em sua 35ª edição, o Radar Socioambiental apresenta fragmentos da entrevista realizada com Izabella Teixeira, que ocupou o cargo de ministra de Meio Ambiente do Brasil entre os anos de 2010 e 2016 e atualmente é Senior Fellow do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI). A entrevista ocorreu em março de 2020 e foram abordadas questões como a inclusão da temática de meio ambiente na agenda dos foros econômicos, as críticas endereçadas ao Brasil em função das queimadas na Amazônia e do episódio de derramamento de óleo no litoral e a flexibilização da legislação socioambiental no Brasil. Para aqueles que desejarem escutar a entrevista, é só acessar o Meio Descomplicado, o Podcast da Plataforma Socioambiental. Para acesso à descrição da entrevista na íntegra, o link estará disponível no site do BRICS Policy Center.


TEMÁTICA AMBIENTAL EM FOROS ECONÔMICOS

Plataforma: O Fórum Econômico Mundial de Davos reuniu as principais lideranças econômicas na Suíça, em janeiro deste ano, e dedicou uma parte de suas discussões à pauta ambiental. Como a senhora interpreta a inclusão da temática ambiental nos foros econômicos? Seria uma tentativa de “sequestro” da agenda ambiental ou um sinal positivo de que as preocupações com o meio ambiente começam a ter espaço maior nas discussões econômicas?

Izabella Teixeira: Não, eu acho que isso deve e precisa ser visto sob várias perspectivas e dimensões. Toda a discussão de meio ambiente, desde 1992 – quando se consolida o conceito de sustentabilidade – busca integrar as questões ambientais ao desafio do desenvolvimento econômico e desenvolvimento social. Isso acabou evoluindo, como todo mundo sabe, com o Relatório Brundtland¹. A agenda multilateral recepcionou isso como uma visão, uma perspectiva, um desafio de desenvolvimento global no século XXI.


O meio ambiente e a sustentabilidade são temas que deveriam unir todos nós em termos de sociedade e em termos de desafios, porque todo mundo tem um único planeta e a natureza estava visivelmente sendo alterada já naquela época, uma época que é marcada também pelo desafio do buraco da camada de ozônio. Em 1989, temos o Protocolo de Montreal. Há, ainda, uma série de grandes convenções multilaterais de meio ambiente: a Convenção de Basileia sobre resíduos perigosos, a Convenção de Roterdã de poluentes orgânicos persistentes, toda a parte química, a parte de conservação da biodiversidade... houve uma evolução dos protocolos que existiam antes, e a emergência de tantos outros.






Izabella Teixeira: Então, esses temas ganham projeção global e obviamente uma das questões abordadas dizia respeito a como se apropriar da natureza para produzir desenvolvimento ou gerar crescimento econômico. E desde então há uma grande demanda política por parte da sociedade. Não dava para continuar produzindo de maneira insustentável, ou seja, se apropriar mal dos recursos naturais, quebrar a lógica da vida, degradar o meio ambiente causando exclusão social, incrementando a desigualdade social...O mundo se torna cada vez mais urbano e, portanto, demanda também uma nova relação entre natureza e homem, entre ecossistemas naturais e ecossistemas urbanos construídos. Essa pauta toda evoluiu e, progressivamente, os fóruns econômicos e instituições econômicas foram recepcionando isso.

Davos recepciona agora (as questões ambientais) sob três perspectivas mais estratégicas: A primeira é que não tem volta, e isso está efetivamente marcado pela agenda de clima. Nós estamos todos vulneráveis, o risco aumentou, está se gastando mais dinheiro em relação ao potencial de danos e, por isso, o risco climático ambiental faz parte hoje de uma visão estratégica de, ao se colocar dinheiro, se promover desenvolvimento no mundo. No caso dos atores econômicos, vários estão aí para ganhar dinheiro financiando o desenvolvimento. Há uma segunda coisa que é o fato de se ter um novo ciclo de globalização e novos arranjos geopolíticos no mundo. Não se tem no futuro uma projeção linear do passado, há uma incerteza enorme sobre o futuro e um dos espectros que modula essa incerteza não são só as questões geopolíticas, mas tem a ver com as incertezas associadas à natureza, com uma transição climática, uma transição sobre a oferta de recursos naturais. Você tem que ter uma eficiência de recursos naturais, você tem que suprir uma percepção da sociedade global. Há uma mentalidade política mudando em várias sociedades, isso é mais que uma mentalidade, isso já é um valor, principalmente para as novas gerações.



“Quando eu falo de valores, é porque as pessoas não estão achando que é só andar de sacola de algodão ou andar de bicicleta na zona sul do Rio de Janeiro. É mais que isso, você está estruturando cadeias de valores. (...) Você está estruturando novas profissões, novos empregos, você está procurando novos comportamentos, novos estilos de vida no mundo que está cada vez mais interconectado”

Izabella Teixeira: E o mais interessante é que isso não é um fenômeno estritamente ocidental, isso é um fenômeno global. Acho que a Greta (Thunberg) é expressão da contemporaneidade. Ela faz um exercício político de uma maneira inovadora, mobiliza pessoas de uma maneira inovadora, como a Malala fez e outros tão fazendo. Por outro lado, a geração dos pais da Greta, que tem hoje 40 anos, também está se movimentando, e essa geração tem processo de tomada de decisão. Então quando eu falo de valores, é porque as pessoas não estão achando que é só andar de sacola de algodão ou andar de bicicleta na zona sul do Rio de Janeiro. É mais que isso, você está estruturando cadeias de valores não só de serviços como de produtos. Você está estruturando novas profissões, novos empregos, você está procurando novos comportamentos, novos estilos de vida no mundo que está cada vez mais interconectado. (...) Por isso é tão importante trazer a agenda socioambiental, e não só a agenda ambiental *stricto sensu*, para o Brasil.



Izabella Teixeira: O Brasil foi ousado em colocar esse conceito lá atrás, porque nós somos um país continental, diverso do ponto de vista regional, com desafios regionais e riquíssimo do ponto de vista ambiental. Mas estamos sendo muito lenientes. Nós somos muito míopes em relação ao potencial que essa riqueza ambiental nos oferece para contar novas histórias sobre o futuro. Eu tenho dito que a gente não tem que contar novas histórias sobre o passado, o mundo não está querendo contar novas histórias sobre o passado, o mundo precisa que se conte novas histórias para o futuro.

E a questão ambiental virou expressão de cidadania também, ela é parte da expressão de cidadania. Por isso Davos recepciona a demanda de mercados, os comportamentos futuros, os investimentos, os novos negócios e também o risco financeiro associado à questão climática, a questão de ter a oferta de recursos naturais, ao comprometimento dos serviços ecossistêmicos. E recepciona dizendo efetivamente que precisamos ter uma nova economia no mundo. Se é uma economia green, se é circular, se ela é de baixo carbono, daria para ter vários nomes... eu gosto de falar em 50 tons de verde. Mas o que eles estavam falando ali é que temos que ter uma economia no mundo onde a natureza seja parte das soluções e não do problema.

Logo depois de Davos, saiu o relatório do BIS [Bank for International Settlements], sobre o The Green Swan. Em 2008, o mundo quebrou com a crise econômica, orientada pelos mercados, então também não dá pra acreditar que os mercados vão resolver tudo

“Temos que ter uma economia no mundo onde a natureza seja parte das soluções e não do problema”

Izabella Teixeira: Por isso o papel da sociedade é tão importante. Na época, foi feito um relatório sobre a crise chamado *The Black Swan*. Agora, eles acabaram de publicar o *The Green Swan* dizendo que a próxima crise do mundo será em relação à mudança climática, mudança da natureza. Então, os elementos estão aí, e as economias emergentes têm um papel muito importante, como no caso do Brasil, Índia, etc. Esses são países ainda em transição do ponto de vista do desenvolvimento, ainda com assimetrias econômicas e sociais muito grandes, mas com potencial enorme de crescimento e de estabilidade econômica no mundo. E, portanto, são países detentores de recursos naturais, com o desafio de adotar algum *shortcut*, fazer atalhos, e ter uma ambição política inovadora. O futuro do século 21 e a questão de meio ambiente não são uma questão de direita e esquerda, mas questão de pertencer ao século 21 e ao mundo, ou de não pertencer.

(...) Então Davos recepcionou esse olhar da ciência, recepcionou o olhar político, recepcionou o olhar geopolítico, as novas relações de poder entre sociedades e expressou isso do ponto de vista econômico. E acho que está sendo modelada de fato uma nova agenda para esse século. Uma agenda que começa exatamente a partir desse ano, com a implementação do Acordo de Paris, com a nova base que deve ser negociada no final do ano do Acordo de Biodiversidade, com as novas estratégias de uso dos recursos naturais para a economia circular no mundo, o new green deal europeu traz isso na primeira página. (...) Talvez as economias emergentes e o Brasil estejam em uma situação ainda muito confortável, em que nós podemos adotar atalhos e sermos ambiciosos e acabar com a frase que o Brasil é o país do futuro. Não! O Brasil é o país do presente, embora a gente tenha que reconhecer as dificuldades políticas circunstanciais do Brasil hoje.

"DISCURSO DA POBREZA" DO MINISTRO PAULO GUEDES E FLEXIBILIZAÇÃO DA LEGISLAÇÃO SOCIOAMBIENTAL BRASILEIRA

Plataforma: O ministro Paulo Guedes, atuando como representante do Brasil no Fórum Econômico Mundial, chegou a afirmar que o “grande inimigo do meio ambiente é a pobreza”, ecoando um discurso proferido por Indira Gandhi, que na Conferência de Estocolmo, em 1972, afirmou que o maior inimiga do meio ambiente é a miséria. Como a senhora enxerga a reprodução desse discurso pelo ministro da Economia do Brasil e, em que medida, essa afirmação do ministro Paulo Guedes pode se conectar às crescentes flexibilizações da legislação socioambiental brasileira?

Izabella Teixeira: Bom, acho que cada pergunta dessa tem várias perguntas embutidas. Primeiro, eu acho que o ministro tem um papel, ele é o ministro da Economia do Brasil, de um governo eleito democraticamente. Certamente, essa não é a minha escolha, como eu também não acho que eu seja (a escolha deles). Eu sou de uma geração que começou a trabalhar exatamente na nova república, uma geração que lutou pela democracia no Brasil e continua lutando. A primeira vez que eu fui pra Amazônia, eu tinha 16 para 17 anos... Então foi quando eu me deparei realmente com desigualdades, com pobreza.... Eu nasci em Brasília, uma filha e uma brasiliense da geração Juscelino, privilegiada enquanto classe média brasileira. Estudei em ótimas escolas públicas, fiz toda a minha carreira acadêmica na universidade pública. [O Brasil] era um país que mostrava e sempre mostrou que não era linear. (...) Eu acho que a frase não é só da Indira Gandhi.



Izabella Teixeira: A frase do ministro mostra pólos de um problema, de uma equação política que foi resolvida e consolidada em 1992, na famosa Carta da Rio-92². (...) O trabalho diplomático do Brasil foi muito cuidadoso, foi muito bem elaborado, a ponto de que se pôde chegar ao conceito de que a pobreza não é a causa da degradação ambiental, mas o meio ambiente degradado acentua a pobreza, leva à miséria. Então, quem degrada o meio ambiente, quem causa poluição não é o povo. O pobre precisa de um ambiente saudável, precisa de saúde, de saneamento, de mobilidade. Nós andamos nos carros, podemos comprar os carros com todos os filtros, quem anda de ônibus e pega três ou quatro conduções para chegar no trabalho são os excluídos socialmente desse país. (...) As pessoas, principalmente na vida pública, podem cometer inapropriações, isso é uma coisa que acontece. O que é mais sensível é que um conceito tão consolidado³, inclusive na chamada Escola Econômica Liberal e no Fórum Econômico, gerou realmente uma assimetria de posições que fortalecem leituras equivocadas sobre o Brasil, e não necessariamente sobre o governo. É importante separar o que são os agentes do governo e o que são agentes do estado brasileiro. (...) São posições equivocadas, não se tratam simplesmente de posições conservadoras. Mas posições equivocadas do ponto de vista da formulação jurídica, científica, social e que talvez tragam mais problemas e mais insegurança do que soluções.

“ A pobreza não é a causa da degradação ambiental, mas o meio ambiente degradado acentua a pobreza, leva à miséria. Então, quem degrada o meio ambiente, quem causa poluição não é o povo ”



Izabella Teixeira: (...) Em política tudo passa, temos que entender as circunstâncias, que as instituições são robustas e que têm um arcabouço legal importante e reconhecido no Brasil e que é necessário um processo político democrático de busca de soluções. Por exemplo, a questão do desmatamento da Amazônia é um desmatamento predominantemente ilegal, não se trata de uma questão de soberania. Se trata de um imperativo moral da sociedade de combater um crime. Da mesma maneira que a gente combate assassinato, homicídio no Brasil, que é crime, deveríamos estar combatendo o desmatamento na Amazônia que é predominantemente crime ambiental. Não se pode confundir aquilo que é imperativo moral estruturante da sociedade: oferecer segurança para a sociedade, oferecer valores para que ela possa se sentir parte do mundo, lutar contra a corrupção com um discurso que oferece resultados como a alienação do crime ambiental, onde você tem crime, tem corrupção, tem sonegação fiscal, tem contrabando, etc, etc. Então, essas contradições de discurso político não geram credibilidade e é isso que o Brasil e as autoridades brasileiras têm que ter cuidado. Não se trata de discutir se eu sou mais de esquerda ou mais de direita. Você tem uma linha reta – a linha que é o mínimo ético – a linha da lei, ou você cumpre a lei ou você descumpra a lei.

(...) Então, quando as pessoas não têm conhecimento da máquina pública, não conhecem o que é o governo, passam a sua vida inteira na atividade privada e resolvem ser agentes públicos... Se alguém me colocar para fazer um negócio, eu sou um desastre, porque eu sou uma gestora pública. (...) É a mesma coisa você achar que você ocupa um cargo público importante, sem você ter domínio sobre o assunto. Então, uma coisa são os ministros e economistas da agenda política, outra coisa é quem você traz para a máquina e como que você opera isso. E essas são sensibilidades que são postas hoje no Brasil na chamada governança pública e a área ambiental é um bom exemplo.

Izabella Teixeira: Então, quando as pessoas não têm conhecimento da máquina pública, não conhecem o que é o governo, passam a sua vida inteira na atividade privada e resolvem ser agentes públicos... Se alguém me colocar para fazer um negócio, eu sou um desastre, porque eu sou uma gestora pública. (...) É a mesma coisa você achar que você ocupa um cargo público importante, sem você ter domínio sobre o assunto. Então, uma coisa são os ministros e economistas da agenda política, outra coisa é quem você traz para a máquina e como que você opera isso. E essas são sensibilidades que são postas hoje no Brasil na chamada governança pública e a área ambiental é um bom exemplo. E isso tem e terá reflexos por muito mais tempo, mesmo após o fim do atual governo. (...) Então você tem que entender isso com mais sensibilidade e eu quero crer que o ministro Paulo Guedes, que está buscando novos caminhos para a economia brasileira - e, de novo, não tenho a competência para dizer se está certo ou está errado, acho que eu tenho que entender os movimentos do Brasil - tem gente na sua equipe com sensibilidade e conhecimento para informá-lo melhor sobre os desafios que um Ministro da Economia de um país como o Brasil tem no mundo, onde a questão climática e a questão ambiental são temas estratégicos para a concepção de buscas globais de crescimento e desenvolvimento econômico. Então, acho que é uma questão mais de entender melhor como as coisas se colocam - com a convicção, claro, que a Terra não é plana. Entender que o meio ambiente é um ativo, não só político, mas econômico do Brasil.

“Da mesma maneira que a gente combate assassinato (...) no Brasil, deveríamos estar combatendo o desmatamento na Amazônia, que é predominantemente crime ambiental”



RESPOSTAS ÀS TRAGÉDIAS AMBIENTAIS NO BRASIL

Plataforma: O ano de 2019 e o início de 2020 foram marcados por uma série de tragédias ambientais no Brasil e no mundo – tivemos o derramamento de óleo no litoral brasileiro, as queimadas desenfreadas na Amazônia e também na Austrália – e o Brasil chegou a ser, por diversas vezes, criticado por lideranças mundiais no que diz respeito aos seus esforços domésticos para a proteção do meio ambiente, enquanto a Austrália não chegou a ser tão duramente criticada. A senhora diria que é um caso de 2 pesos e 2 medidas, que o Brasil vem sofrendo mais pressões por se tratar de um país do Sul Global?

Izabella Teixeira: Tudo que acontece no Brasil acontece no mundo. E não é pela vilanização do Brasil, pelas ONGs, ... O Brasil é um país importante do ponto de vista do meio ambiente. Inclusive, a política ambiental, os valores, todo o protagonismo construído nos últimos 35 anos se traduziu em *soft power* de política externa brasileira. E, por isso, o Brasil ocupava espaço políticos internacionais, quer por intermédio da diplomacia, dos seus atores políticos, atores econômicos, da ciência brasileira – que tem uma grande excelência – quer por intermédio das organizações civis, da sociedade brasileira. (...) O Brasil sempre operou como um país mediador, facilitador. Temos uma importante economia, somos detentores de uma excelente ciência - o Brasil tem excelentes cientistas, tem marcas do programa de Aids nos anos 90, a modelagem do programa se tornou referência global, as pesquisas sobre mercúrio e contaminação de doenças na Amazônia viraram referência na Convenção de Basileia, as metodologias desenvolvidas pelo Brasil são reconhecidas... portanto, é natural que as pessoas queiram saber o que acontece no Brasil. O Brasil é um G1 em meio ambiente. (...)




“O Brasil é um país importante do ponto de vista do meio ambiente. Inclusive, a política ambiental, os valores, todo o protagonismo construído nos últimos 35 anos se traduziu em soft power de política externa brasileira”

Izabella Teixeira: Sobre o bem comum, as pessoas confundem os conceitos, a floresta é nossa, mas o impacto da floresta sobre o bem comum, que é a atmosfera, prejudica todo mundo. Então não é dizer que querem a floresta, o bem comum é a discussão sobre a atmosfera. As pessoas usam muito mal, desconhecem, ou querem desconhecer – também há uma variante sobre essa questão de querer desconhecer.

(...) Temos uma leitura muito equivocada, por ignorância, por desinformação e por uma simplificação do raciocínio político, que é típico de pessoas que não têm domínio sobre as coisas e que não têm humildade de aprender com os que conhecem sobre o assunto. Eu nunca tive um hectare de terra. Quando eu tive que discutir o Código Florestal⁴, eu tive que discutir o mundo da agricultura, o mundo da pecuária, o mundo dos assentamentos rurais, do fomento florestal.... Eu sou uma pessoa urbana, eu tive que sair pelo Brasil e conhecer, tive que sentar na casa dos agricultores, os que plantam café, quem era assentado, quem plantava arroz orgânico, quem plantava arroz não orgânico, quem fazia fomento florestal, o o pequeno, o médio, o grande, tive que entender o desafio da soja, da importância da agricultura tropical brasileira nos últimos 40 anos, que tem que contar histórias sobre os próximos 40 anos...

Izabella Teixeira: (...) Então você pergunta, você vai ver, você conhece, para você formar opinião e poder resolver equações políticas, típicas de quem está no governo. Porque você é um agente público, então uma coisa são as minhas convicções individuais, outra coisa é você atuar como agente público, como um gestor público, como ministro. Eu tive que conciliar vários interesses, legítimos dentro da lei – posso até não concordar –, mas absolutamente legítimos do ponto de vista da Constituição Brasileira. Então você tem que respeitar as pessoas. E as populações indígenas estão respeitadas pelo texto constitucional, as populações tradicionais deste país estão respeitadas pelo texto constitucional. (...) Esse é um belo exemplo de como você vai colocando as várias lentes do do tecer brasileiro para começar a entender os desafios de uma pessoa na vida pública. Muitas vezes você está na Gávea tomando um chope, mas não está na realidade do cara do interior do teu Rio de Janeiro. Em política pública, temos que olhar por todos. Esse é um desafio. Você tem e deve ter as suas convicções, mas você tem que entender como elas se inserem nesses contextos.

O primeiro momento que o Brasil teve um atrito internacional sobre queimadas – e incêndio e queimadas são coisas distintas⁵ – foi em 1988, que é um ano chave. É o ano da morte do Chico Mendes, ano importante não só para o ambientalismo, mas para essa agenda socioambiental e para o movimento da terra, direitos de populações tradicionais sobre a sua terra, que o texto constitucional estava recepcionando. É exatamente o ano da Constituição, é o ano da Nova República. O primeiro Ministério do Meio Ambiente do Brasil foi formado em 1985 e se chamava Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. Eu trabalhava com o doutor Paulo Ubiratan Neto na Secretaria do Meio Ambiente e o meu primeiro cargo foi no primeiro Ministério do Meio Ambiente.



Izabella Teixeira: O primeiro ministro do Meio Ambiente do Brasil era um político vindo de Goiás, um estado agrícola, o doutor Flávio Peixoto. (...) Então, de 1985 a 1988, o Brasil teve 3, na verdade 4 ministros do Meio Ambiente. 1988 era o último ano do Governo Sarney, um ano muito difícil do ponto de vista de questionamento do governo, há inflação e a Amazônia começa a queimar. Isso foi uma capa histórica da Times, a Amazônia ardendo. Não foi inventado.


E eu me lembro que o governo teve três ações: A primeira foi uma reação negativa do presidente. O Sarney reagiu, dizendo que era internacionalização. Mas logo depois ele toma uma decisão extremamente importante, que foi a criação do Programa Nossa Natureza, sobre a coordenação do General da Silva. Os militares coordenaram a reforma da questão ambiental federal. Toda a agenda de meio ambiente do Brasil foi reformada. Em 1989, nasce o IBAMA e nasce a Lei Nº 7802 que é a lei do agrotóxico, com um sistema extremamente inovador de avaliação dos agrotóxicos, que hoje os europeus utilizam. É em 1989 que se faz o primeiro programa de combate à queimadas e desmatamento da Amazônia, que era chamado PEAL [Programa Emergencial na Amazônia Legal]. A gente entrava até ao vivo no Jornal Nacional. (...)

“[1988 é um] ano importante não só para o ambientalismo, mas para [a] agenda socioambiental e para o movimento da terra, direitos de populações tradicionais sobre a sua terra, que o texto constitucional estava recepcionando”



Izabella Teixeira: Desde 1989, 1988, a sociedade brasileira cobra os resultados. Isso que eu quero mostrar, não é uma coisa fantasiosa. Os militares estiveram presentes desde então na busca de soluções para a Amazônia. Nasce também o chamado PREVFOGO, que é o Programa Nacional de Prevenção e Combate ao Fogo, aos incêndios florestais e queimadas no Brasil. Em 1991, eu fui aos EUA e negocieei o primeiro Memorando de Entendimento entre EUA e Brasil, com o serviço florestal americano. (...) Há toda uma formulação, com os americanos, de tecnologia, monitoramento. Isso era 91, então quando se fala do PREVFOGO hoje, que você treina brigada, o indígena é treinado, isso tem anos. E ainda tem gente dizendo que não tem gestão pública no país na área ambiental!

O Governo Sarney faz uma outra coisa interessante: oferece o Brasil para sediar a Rio-92. O Brasil então recebe o mundo aqui, lidera as negociações da Rio-92 e faz o Acordo do PPG7⁶ e recebe a primeira doação, o primeiro volume internacional de doação para trabalhar a gestão ambiental pública na Amazônia. O Brasil foi pro mundo e disse “nós controlamos, nós exercemos a soberania, mas nós vamos ser transparentes, vamos sim mudar e enfrentar o problemas que nós temos”. Eu sou de uma geração do serviço público que a gente aprende que soberania a gente não declara, a gente exerce. E assim foi trabalhado no governo federal, com militares, com cientistas, com as ONGs, os primeiros movimentos sociais, Conselho Nacional dos Seringueiros, todo mundo apareceu na democracia e você tem que acolher. Eu me lembro que eu nunca tinha sentado para discutir com sociedade civil, para negociar, nós tínhamos que abrir os espaços para ter uma representação.



“ Eu sou de uma geração do serviço público que a gente aprende que soberania a gente não declara, a gente exerce ”

Izabella Teixeira: Nessa época, já tinha sido criado o Programa Nacional do Meio Ambiente com o Banco Mundial e depois vem o Programa Nacional de Biodiversidade, que dá origem ao Fundo Brasileiro de Biodiversidade, o FUNBIO. É tudo nessa época. O Brasil então vai para o multilateralismo, pós-Rio-92 e capitaneia e ajuda a estruturar o Fundo Mundial de Meio Ambiente, o GEF [*Global Environmental Facility*]⁷, e vai avançando... O Brasil, convivendo com críticas, constrói ativos políticos e soluciona seus problemas ou busca soluções para os seus problemas.

Eu me lembro na minha gestão que a gente teve o grau máximo de eficiência em gestão pública. O TCU, a CGU, todo mundo reconhecia que eu ia deixar o ministério redondo, como o contador diz em gestão pública. Mas, para a gente chegar ali, é porque teve a gestão da Marina, teve a gestão do [Carlos] Minc, teve a gestão do José Carlos de Carvalho, teve a gestão do Zequinha [José Sarney Filho] de novo, teve a gestão do ministro [Gustavo] Krause, do ministro Henrique Brandão Cavalcanti, teve a gestão do embaixador Flávio Perri, do ministro [José] Goldemberg, do Flávio Peixoto, do Deni Lineu Schwartz. Os ministros de Meio Ambiente desse país, os ministérios, as suas várias bandeiras. E o Ministério de Meio Ambiente é política de Estado. Você não consegue resolver isso de quatro em quatro anos. Então são essas as contradições. O Brasil tem como enfrentar [esses desastres ambientais], o Brasil tem conhecimento para fazê-lo.



Izabella Teixeira: Em 2011, (...) eu me lembro claramente, o sistema de alerta sinalizou que estava havendo um aquecimento no desmatamento na Amazônia. Imediatamente, a presidente Dilma criou o GGI [Grupo de Gestão Integrada], com a minha presidência, com o Ministro da Defesa, com o Ministro da Justiça, e tudo isso com o sistema brasileiro de inteligência e toda uma estratégia, Força Nacional, o GLO [Garantia da Lei e da Ordem], tudo isso foi decretado e o resultado foi a maior queda do desmatamento na história. Eu tenho as menores taxas na minha gestão, por que? Porque se estava enfrentando o crime. Enfrentar o crime não é tão trivial, é muito complexo, mas ainda é mais barato combater o desmatamento do que restaurar a floresta perdida.

Há uma grande capacidade dos militares, há uma grande capacidade da Força Nacional de Segurança, dos estados, há uma grande capacidade se trabalhar com a Polícia Rodoviária Federal, com a Polícia Federal, com a Agência Brasileira de Inteligência, com as inteligências das Forças Armadas... Eu imagino que o General Mourão esteja fazendo uso disso. Espero que ofereça um bom resultado, porque os resultados oferecidos ultimamente pelo Brasil foram de aumento do desmatamento. Então, agora o Brasil vai ao exterior cobrando dinheiro e oferece como seu resultado de gestão um aumento no desmatamento. Essas incoerências políticas é que ferem a credibilidade.

(...) O Brasil tem capacidade técnica, política, tecnológica, competência, não só nas Forças Armadas, mas em outras instituições, para lidar com seus problemas e para dizer pro mundo que nós estamos fazendo a nossa parte, querendo saber como é que o mundo vai fazer a parte dele. Estas são questões interessantes do ponto de vista político, a gente vê assim: “ah eu estou desmatando a Amazônia”, está desmatando por ilegalidade, você não está desmatando para substituir por um ganho comum.

Izabella Teixeira: Tem trabalho escravo, tem sonegação fiscal, tem contrabando, como é que isso é uma atividade econômica? Que emprego se está gerando? Os menores IDHs no Brasil estão lá. O que que eu estou melhorando? estou perdendo uma riqueza por mais pobreza? Não existe desenvolvimento do Brasil sem a Amazônia e não existe desenvolvimento na Amazônia sem o Brasil.

(...) Então nós temos que discutir como gente grande, entendendo nossas mazelas, entendendo nossos problemas, entendendo a nossa dificuldade mas assumindo as nossas competências e a capacidade de oferecer soluções. Não é operando na sombra do Estado, é operando com um Estado eficiente e com uma lei que serve para todos. Não é passando a mão na cabeça, se é para debater corrupção, tem que debater corrupção de todos. Você tem que fazer com que o Estado seja um regulador, para que isso deixe de acontecer na proporção que está acontecendo.

(...) É preciso uma nova agenda ambiental. O meio ambiente é um bem público, não é um bem privado, portanto é de benefício público e coletivo. É preciso se falar de direitos neste país, mas também de deveres. Se os deveres são colocados de lado, se compromete uma visão ampla de cidadania. E portanto se não se exerce cidadania, não se sabe exercer soberania, você não tem identidade com a sua pátria e isso tem que ser corrigido.

(...) Se as pessoas que falam em nome do Brasil querem ser respeitadas, devem respeitar a diversidade tanto no Brasil, como lá fora e devem trabalhar os seus pontos de vista com seriedade, com responsabilidade e não de uma maneira que ressoa ignorância. Eu espero que o mundo não leia o Brasil como uma sociedade ignorante, nós não somos

“É preciso uma uma nova agenda ambiental. O meio ambiente é um bem público, (...) portanto é de benefício público e coletivo. É preciso se falar de direitos neste país, mas também de deveres. (...) Eu espero que o mundo não leia o Brasil como uma sociedade ignorante, nós não somos”

O CONSELHO DA AMAZÔNIA E A FORÇA NACIONAL AMBIENTAL

Plataforma: Você chegou a tocar em alguns pontos em relação ao que íamos perguntar, sobre a soberania, a questão militar na Amazônia... Agora o governo Bolsonaro reativou o Conselho da Amazônia, criado no governo do FHC, e a Força Nacional Ambiental. Como você enxerga essas medidas do governo?

Izabella Teixeira: Primeiro, não são novas medidas, não há como tratar da Amazônia sem os militares, os militares estão na Amazônia como estão em outras fronteiras do Brasil. Eles têm um grande domínio sobre a região e são parte da solução para a Amazônia. Eu não gosto da ideia de vilanizar, eu acho que as pessoas têm que entender os desafios. Como é que você faz assistência médica para as populações ribeirinhas? Você depende dos militares, quando você precisa chegar em uma aldeia indígena, você depende do helicóptero do exército. Eu tenho muito respeito pelas instituições brasileiras, militares e não militares.



Izabella Teixeira: Sou funcionária pública do Estado do Brasil, então eu aprendi como as instituições são importantes. Não quer dizer que eu tenha que reconhecer que todos são homogeneamente competentes nessas instituições. Uma coisa são instituições, outra coisa são opiniões de pessoas que fazem as instituições ou estão nas instituições temporariamente.

O fato de se militarizar o debate amazônico, é uma posição política de governo. (...) Então, o assunto de meio ambiente vai ser tratado no âmbito da visão estratégica da Amazônia. (...) O fato de militarizar é decisão do governo. A presença de militares no processo sempre houve. Outro fato que chama a atenção, é não haver, em um primeiro momento, a presença dos governadores como parte desse Conselho. (...) Isso é uma maneira de governar, tem gente que governa de outro jeito, tem gente que governa dizendo “vem todo mundo *pra cá pra* gente conversar junto”. Tem outros que escolhem grupos... Tem outros que não governam, deixam solto, é uma maneira também. Acho que temos que esperar pelo o que vai ser oferecido como soluções ou caminhos para os problemas.

Para acabar com o desmatamento na Amazônia, tem que ter uma Lava Jato para combater a corrupção que existe associada ao crime organizado na Amazônia. Então o que eu quero dizer é o seguinte: há informações, há instituições, há capacidade técnico-jurídica, há capacidade militar, há competências individuais e institucionais para buscar novos caminhos para enfrentar o crime, a degradação, enfrentar o roubo das riquezas do Brasil e para construir uma formação política de diálogo internacional. Há capacidade no Brasil. (...) Porque da mesma maneira que é proibido matar no Brasil, é proibido desmatar no Brasil. A lei de crimes ambientais qualifica como crime e a Constituição recepciona os direitos do meio ambiente protegido (...) como bem e interesse coletivo brasileiro, então me afetam individualmente como cidadão. Eu tenho direito de requerer isso como cidadão, se o Ministério Público está lá pra me defender.

Izabella Teixeira: Então, o Brasil, eu insisto, tem capacidade de fazer esses enfrentamentos, mas temos que saber como o atual governo, sob nova direção, como todos os governos eleitos democraticamente, vai cuidar disso. O primeiro sinal me parece isso: a Amazônia é um assunto coordenado no ponto de vista pelos militares, que consultarão vários atores, inclusive a instância política subnacional, que se organizou num novo consórcio – como os governadores do Nordeste se organizaram num novo consórcio – e o que for fora da Amazônia, a discussão dos usos da terra parece estar sob domínio da Agricultura. É uma transição de governo. Antes, nenhuma pessoa chegaria ao Brasil sem falar com o Ministro do Meio Ambiente. E me parece que, progressivamente, o desenho escolhido é ter um outro papel. [O Ministério do Meio Ambiente] não ter o papel estratégico que teve até então nos últimos 30 anos, que foi progressivamente sendo conquistado. É uma escolha. Se é um apequenamento da visão ambiental, nós vamos ver ao longo do tempo, mas pode ser um apequenamento do papel político do Ministro do Meio Ambiente.

“ É uma transição de governo. Antes, nenhuma pessoa chegaria ao Brasil sem falar com o Ministro do Meio Ambiente. E me parece que, progressivamente, o desenho escolhido é ter um outro papel. [O Ministério] não ter o papel estratégico que teve até então nos últimos 30 anos. (...) É uma escolha. Se é um apequenamento da visão ambiental, nós vamos ver ao longo do tempo ”



QUAIS SÃO AS EXPECTATIVAS PARA 2020?

Plataforma: Tendo em vista todas essas considerações, quais seriam as suas expectativas para 2020?

Izabella Teixeira: Eu tenho a esperança que no caso da Amazônia, por estar sob domínio dos militares, venha algo para resolver problemas, em nome da pátria, dos interesses nacionais e do cumprimento da Constituição Brasileira. É dever cumprir a Constituição brasileira. Tem muita gente no governo indo contra a Constituição brasileira. Em relação ao Ministério do Meio Ambiente, até agora, o que eu vi foi uma desconstrução sem nenhuma afirmação de novos caminhos. Não quer dizer que você não possa mudar, que não deva mudar em determinadas áreas. O governo foi eleito democraticamente, e eu tenho que respeitar a democracia. Não quer dizer que eu concorde com o que está sendo feito, mas eu respeito, eu tenho o devido respeito ao processo democrático.

(...) Se você pudesse perguntar assim “qual é o seu desejo pra esse governo?”, que eles batessem a minha gestão que tem a menor taxa de desmatamento na Amazônia. Eu adoraria que fosse anunciado que o Brasil tem 3 mil quilômetros quadrados de desmatamento e não 10 mil, já que a minha é de 4 mil. Então, o que eu posso dizer, que o Brasil faça bom uso, mesmo com novo critério ideológico, mas que a Amazônia seja protegida. E que o Brasil use isso para exercer sua autoridade internacional não em situações maniqueístas, mas pra que isso se traduza de fato num ativo para a gente conquistar mercados, empregos, tecnologias e respeito internacional.



“ Se você pudesse perguntar assim “qual é o seu desejo pra esse governo?”, que eles batessem a minha gestão que tem a menor taxa de desmatamento na Amazônia. Eu adoraria que fosse anunciado que o Brasil tem 3 mil quilômetros quadrados de desmatamento e não 10 mil, já que a minha é de 4 mil ”

Eu tenho expectativas, esperanças, não sei se eu acredito que as pessoas que estão terão o trabalho de fazer isso, mas que pelo menos parem o dano, parem... e assumam o caminho que querem fazer. Ofereçam ações. A gente pode até achar que não é 100% eficiente, os especialistas podem reclamar... tem de tudo, o processo é assim mesmo. Mas que você dê rumo, rumo com ações concretas. E que você saiba lidar, por conta disso, com as responsabilidades associadas, nos ganhos e, eventualmente, nos retrocesso.

(...) Eu não vejo muita clareza no que está colocado aí. O Congresso tem um papel lá fora. Não é só o Executivo que representa o Brasil, outras instituições e a sociedade representam o Brasil. E eu acho que a sociedade brasileira deve se movimentar, ela não deve aceitar essa polarização, essa provocação de fake news e etc. E afirmar, como foi afirmado ontem [dia 4 de março de 2020], que 93% da população brasileira entende que a Terra não é plana e que nós estamos vivendo as mudanças climáticas, que estamos entrando em uma era de transição climática.



Agora, para a geração e vocês, é mais do que nunca, uma verdade política. Então, as eleições estão aí. É onde a gente expressa a verdade política. O Brasil não pode ser um país polarizado no sentido de divisão. Ele pode ser um país diverso de ideias e pensamentos políticos, mas ele não pode isolar. O isolamento, a polarização leva ao apequenamento de uma democracia e isso não pode. Nós temos que entender a questão ambiental, como vocês começaram a entrevista, como um ativo global, como parte das soluções do mundo e não como algo que o mundo joga contra nós. Então, nós somos um ator estratégico, mas não tem mais o conceito de sermos os campeões do mundo, nós temos que estar no top 10 ou no grupo daqueles que estão transformando o jeito de viver, o mundo pro bem.

Só constrói o Brasil o brasileiro, isso eu aprendi na política, nós construímos nosso país, nós como sociedade construímos as nossas ambições. Nós temos que ter o entendimento do que nós queremos do futuro. O futuro não é uma projeção linear, como foi no passado. Você não faz o planejamento daqui a 20 anos que vai ser assim. As incertezas são muito maiores, não só no ponto de vista daquilo que é intangível, como natureza, mas sobre as tecnologias disruptivas, por exemplo, que vem aí mudando o mundo. Então daqui a 5 anos se a gente fizer a mesma entrevista, eu vou contar outras coisas, vocês irão me perguntar outras coisas, em uma perspectiva com outras lentes, porque em 5 anos tudo mudou. É a mesma coisa: 5 anos atrás, as condições geopolíticas que determinaram o Acordo de Paris eram totalmente distintas (do que são agora).

O governo tem um papel, mas não é o único ator, é isso que eu quero dizer. Se o que o governo oferece é insuficiente para nos apresentar, nós temos que dizer ao mundo quem nós somos, não só por intermédio do governo. E aí a sociedade brasileira tem que imprimir a sua digital.

“O Brasil não pode ser um país polarizado no sentido de divisão. Ele pode ser um país diverso de ideias e pensamentos políticos, mas ele não pode isolar. O isolamento (...) leva ao apequenamento de uma democracia e isso não pode. Nós temos que entender a questão ambiental (...) como um ativo global, como parte das soluções do mundo e não como algo que o mundo joga contra nós”

Eu espero que a sociedade brasileira imprima a sua digital, entendeu? Não porque seja contra ou a favor, mas porque o que está sendo dito ou está sendo representado como resultado não é o que nos representa como sociedade. (...) Temos que entender que também temos armas poderosas para ir contra essa disfunção política da democracia brasileira – ou da democracia global, porque não é só no Brasil que está acontecendo isso – e trabalhar em torno do bem, em torno do que as pessoas possam acreditar no seu poder de transformação e de melhoria de qualidade de vida.

Nós estamos aqui para isso, para ter qualidade de vida, para viver... para buscar o consenso, a convivência dentro da diversidade. Não necessariamente a homogeneização, a diversidade é super importante, mas não o apequenamento do que nós somos como sociedade. Isso é intolerável, inaceitável e eu tenho certeza que nós não somos uma sociedade que tem que viver com medo, que nós somos uma sociedade que tem que viver sob ameaça, nem tampouco uma sociedade ignorante. (...) O Brasil não é isso. Embora a gente possa ter representantes, uma parcela da sociedade que seja, tenha esse tipo de perfil, mas esse não é o Brasil.

NOTAS:

[1] O Relatório Brundtland, oficialmente intitulado como “Nosso Futuro Comum”, foi publicado em 1987, ainda antes da Conferência do Rio. O relatório é visto como um marco para as discussões sobre meio ambiente, à medida que introduz o conceito de desenvolvimento sustentável, compreendido como “(...) o desenvolvimento que encontra as necessidades atuais sem comprometer a habilidade das futuras gerações de atender suas próprias necessidades” (WCED, 1987, p. 16, tradução nossa).

[2] Por Carta da Rio-92, Izabella Teixeira se refere à Carta da Terra, apresentada durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro. A Carta buscava convocar todos à uma mudança de hábitos com objetivo de alcançar de uma sociedade mais justa, igualitária, sustentável e sustentada pelo respeito a natureza e aos direitos humanos (CARTA DA TERRA, 1992).

[3] Izabella Teixeira se refere ao conceito de desenvolvimento sustentável, tal qual introduzido pelo Relatório Brundtland (1987). Tal conceito é visto por muitos como capaz de conciliar as demandas de proteção ambiental, de um lado, e de desenvolvimento econômico, por outro. Questões que, até então, eram entendidas como inconciliáveis.

[4] O último Código Florestal feito é uma Lei (12.651) estabelecida em 25 de maio de 2012 (foi atualizada pela última vez em 17 de outubro de 2012) que estabelece normas para a proteção da vegetação nativa dividindo-a em áreas de preservação permanente (APP), áreas de reserva legal (ARL) e áreas de uso restrito (AUR). Além disso, dispõe acerca de exploração florestal, do fornecimento de matéria-prima florestal, o controle de produtos originalmente florestais, controle e prevenção dos incêndios florestais e a previsão de instrumentos econômicos e financeiros para cumprir os seus objetivos (EMBRAPA, 2016).

[5] A queimada é uma técnica tradicional de agricultura, usada para limpar uma área para o plantio. A queimada deve ser autorizada pelo IBAMA e feita em condições controladas, para que o fogo não se alastre. Incêndio florestal é o fogo sem controle, que pode ser provocado pelo ser humano (de maneira intencional ou não) ou por uma causa natural (GREENPEACE, 2018; GOVERNO DE MATO GROSSO, 2019).

[6] PPG7, ou Programa Piloto para Proteção de Florestas Tropicais no Brasil, foi implementado a partir da década de 1990 e foi um dos programas ambientais brasileiros mais expressivos (CHAVES, 2009).

[7] *Global Environmental Facility* (GEF, sigla) foi estabelecido em 1992 na véspera da Cúpula da Terra da Rio-92. É um programa destinado a ajudar a resolver os problemas ambientais mais urgentes do planeta, com atuação em 170 países (GEF, 2020). O GEF age por meio do auxílio a "projetos de financiamento de países em desenvolvimento que protegem o meio ambiente global e promovem meios de vida sustentáveis em suas comunidades locais" (NAÇÕES UNIDAS BRASIL, 2020).

FONTES:

CHAVES, Célia. **PPG7: duas décadas de apoio à proteção das florestas brasileiras**. Ministério do Meio Ambiente, 2009. Disponível em: <<https://www.mma.gov.br/informmma/item/5790-ppg7-duas-decadas-de-apoio-a-protecao-das-florestas-brasileiras>>. Acesso em: 25 mar. 2020.

COMISSÃO DA CARTA DA TERRA. **A Carta da Terra**, 2000. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/carta_terra.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2020.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA Agropecuária (Embrapa). **Entenda a Lei 12.651 de 25 de maio de 2012**. 2016. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/codigo-florestal/entenda-o-codigo-florestal>>. Acesso em: 25 mar. 2020.

GLOBAL ENVIRONMENT FACILITY (GEF). Global Environment Facility - About Us. 2020. Disponível em: <<https://www.thegef.org/about-us>>. Acesso em: 25 mar. 2020.

GOVERNO DE MATO GROSSO. Entenda as diferenças entre queimadas, incêndios florestais e focos de calor. 2019. Disponível em: <<http://www.mt.gov.br/-/12486299-entenda-as-diferencas-entre-queimadas-incendios-florestais-e-focos-de-calor>>. Acesso em 25 mar. 2020.

GREENPEACE. Precisamos falar sobre queimadas e incêndios florestais. 2018. Disponível em: <<https://www.greenpeace.org/brasil/blog/precisamos-falar-sobre-queimadas-e-incendios-florestais/>>. Acesso em: 25 mar. 2020.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **A ONU e o meio ambiente**. 2020. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/acao/meio-ambiente/>>. Acesso em: 25 mar. 2020.

TEIXEIRA, Izabella. Entrevista concedida à Plataforma Socioambiental. Rio de Janeiro, 05 mar. 2020.

World Commission on Environment and Development (WCED). **Our Common Future**: Report of the World Commission on Environment and Development. United Nations (UN), 1987. Disponível em: <<https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/5987our-common-future.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2020.

AGRADECIMENTOS

Gostaríamos de agradecer à Ministra Izabella Teixeira por aceitar o nosso convite para a entrevista, por ceder seu tempo e seu saber conosco. Também agradecemos Teresa Rossi, do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI), que nos auxiliou com toda a interlocução com a ministra.

Por fim, demonstramos nosso agradecimento ao Thiago Correa por toda assistência com o Meio Descomplicado, o novo Podcast da Plataforma Socioambiental.

